



SOCIEDADE

Restrição às armas para garantir mais segurança

Governo de transição mapeia decretos e regulamentações feitas pelo presidente Jair Bolsonaro para o setor. Ideia é revogar aqueles que, comprovadamente, aumentaram a violência e aperfeiçoar os dispositivos de proteção ao cidadão

» VICTOR CORREIA

A equipe do setorial de Segurança Pública do governo de transição estuda uma guinada de 180° em relação àquilo que foi realizado no governo de Jair Bolsonaro (PL). Os técnicos escalados para debater os temas ligados à área estão dedicados, neste primeiro momento, em identificar todas as normas estabelecidas durante o mandato do atual presidente que deverão ser revogadas já nos primeiros meses da gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Ainda na campanha, o petista sinalizava a intenção de retomar o Estatuto do Desarmamento, a exemplo do que fez em 2003, no primeiro ano do primeiro governo. Agora, a atuação será focada na reestruturação da regulamentação das armas de fogo no país e, segundo a equipe de transição, reforçar a segurança da região amazônica.

O grupo de trabalho foi divulgado na semana passada. O senador eleito Flávio Dino (PSB-MA) coordena a equipe e apresentará ao ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, a relação de 17 temas que serão tratados durante o governo de transição (veja no quadro).

“É claro que é um governo com propostas de mudanças. É um governo de outro campo político. Mas, no terreno administrativo, naquilo que for possível, o que for cabível dar continuidade, é claro que nós faremos”, explicou Dino, à saída do encontro com Torres, na última quinta-feira. O ex-governador do Maranhão é um dos mais cotados para assumir a pasta, a partir de 2023.

A nova regulamentação de armas seguirá o Estatuto do Desarmamento. O senador eleito afirmou que a política do “liberou geral” para a obtenção de artefatos de fogo e munições “alimenta a violência e colocou armas nas mãos do crime organizado”. As estatísticas também mostram os impactos. Segundo o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, divulgado em julho passado, houve um aumento de 473% no

PCDF/Divulgação



Armas de grosso calibre compradas legalmente cada vez mais são apreendidas pelas forças de segurança nas mãos de organizações criminosas

» PGR contra ida de Jefferson a hospital

A Procuradoria-Geral da República (PGR) disse, ontem, ao Supremo Tribunal Federal (STF) que é contra a transferência imediata do ex-deputado Roberto Jefferson, preso em Bangu 8, na zona Oeste do Rio, para um hospital particular. A vice-procuradora-geral da República Lindórea Araújo defendeu que a ida só deve ser autorizada se o presídio não tiver estrutura para tratar o ex-deputado. A PGR sugere que a Secretaria de Administração Penitenciária do Rio entregue laudo médico que “aponte a capacidade ou não do hospital penitenciário tratar o paciente e realizar exames imprescindíveis diante do atual estado de saúde”. Um médico chamado pela família de Jefferson esteve em Bangu 8 para uma consulta, sugeriu a internação do ex-deputado e passou uma longa lista de exames laboratoriais e radiológicos. O laudo foi anexado ao pedido de transferência enviado pela defesa ao STF.

Os 17 temas do grupo técnico

- » Armas
- » Milícias
- » Crimes ambientais
- » Consumidor
- » Execução penal
- » Homicídios
- » Susp
- » Acesso à Justiça
- » Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
- » Crimes digitais
- » Crimes contra o Estado Democrático de Direito
- » Drogas
- » Cooperação judiciária internacional
- » Lavagem de dinheiro
- » Polícias
- » Perícia técnica, prova técnica e polícia técnica
- » Arquivo Nacional

número de cidadãos registrados com posse de armas.

Participação

Ao mesmo tempo, cresce a pressão para que as forças de

segurança sejam ouvidas pelo novo governo. Apenas um policial participa do setorial para a Segurança Pública: o delegado da Polícia Federal Andrei Passos, responsável pela integridade de Lula durante a campanha

eleitoral. Os demais componentes do grupo de trabalho são advogados, especialistas no setor e parlamentares.

A ausência vem causando incômodo entre as forças de segurança, que pedem maior representatividade e poder de decisão. Aloizio Mercadante, coordenador dos grupos técnicos da transição, assegurou que os policiais serão consultados na fase posterior de discussões. “Vão participar decisivamente, porque (o grupo) é Justiça e Segurança Pública. Vão compor nessa segunda fase. Está sendo cuidado para poder conduzir de uma forma que possam ser ouvidos e ter resultados”, garantiu.

Procurada pelo *Correio*, a Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef) disse que não foi procurada pela equipe, “mas espera o contato e está à disposição para colaborar com a construção de uma política de

segurança pública que valorize o policial federal, modernize o sistema e, com isso, traga mais segurança para a sociedade”.

Facilitação

Durante sua Presidência, Bolsonaro defendeu o acesso ao armamento como uma das propostas de redução da criminalidade. Porém, pesquisas mostram que a iniciativa teve efeito contrário ao que esperava. De acordo com a publicação *Armas de Fogo e Homicídios no Brasil*, divulgada pelo Fórum Nacional de Segurança Pública, em setembro deste ano, se não houvesse o aumento de armas de fogo em circulação, a partir de 2019, teria havido 6.379 homicídios a menos no Brasil.

Uma explicação do estudo é que o aumento de circulação de arma tem relação direta com a ilegalidade: quanto mais revólveres, pistolas ou fuzis nas

mãos de uma população desqualificada para usá-los, mais migrarão para o mercado ilegal — seja por meio de extrativos, roubos ou ações premeditadas de seus proprietários. O levantamento também mostra que a criminalidade cresce 1,2% em latrocínios (roubo seguido de morte), a cada 1% a mais de pessoas armadas. Já a cada 1% de aumento de armas, a taxa de homicídio sobe 1,1%.

O coordenador de projetos do Fórum de Segurança Pública, David Marques, destacou a necessidade de investimento no Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), elencado como uma das prioridades do governo eleito.

“Isso carece de uma maior organização e da implementação de sistemas, como o sistema nacional de monitoramento, e da avaliação das políticas de segurança pública e defesa social”, explicou.

PANDEMIA

Covid-19 dispara e Fiocruz faz alerta

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) informou, ontem, que os casos de novas infecções pela covid-19 dispararam no país. De acordo com a instituição, o aumento dos casos ocorreu em 12 estados brasileiros. Por meio do *Boletim InfoGripe*, foi constatado que os números da infecção correspondem a 47% dos resultados positivos para doenças respiratórias nas últimas quatro semanas.

A nível nacional, o aumento moderado de casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) na tendência de longo prazo está

presente em Alagoas, Amazonas, Ceará, Goiás, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo.

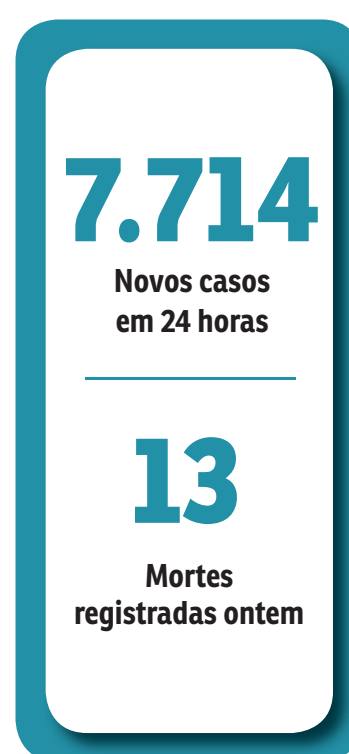
Os dados indicam, ainda, crescimento do novo coronavírus especialmente entre a população adulta. Nos dados epidemiológicos das últimas quatro semanas, a prevalência entre os registros com resultado positivo para infecções respiratórias foi de 10,3% para influenza A; 0,3% para influenza B; 24,2% para vírus sincicial respiratório (VSR); e 47% Sars-CoV-2. Entre os óbitos,

a presença dos mesmos micro-organismos entre os positivos foi de 4,1% para influenza A; 0,0% para influenza B; 1,4% para VSR; e 83,6% Sars-CoV-2.

A análise tem como base os dados inseridos no Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica da Gripe (Sivep-Gripe) até 14 de novembro. Há uma semana, o documento apontava aumento dos casos em apenas quatro estados.

Infecções

As secretarias estaduais e municipais de Saúde registraram, somente ontem, 7.714 novas infecções pela covid-19 em 24 horas. Foram confirmadas 13 mortes por complicações decorrentes da doença no mesmo período. Os dados são de todos os entes da Federação, com exceção



das informações de 11 estados e do Distrito Federal que, até o fechamento desta edição, ainda não tinham repassado os levantamentos para o sistema nacional.

Com o crescimento das notificações, pesquisa feita pelo Instituto Todos pela Saúde (ITpS) mostrou que a taxa de exames positivos para a covid-19 em laboratórios particulares passou de 3% para 17% em menos de um mês — aumento de 566%. Também cresceu a procura por testes de farmácia.

Dados da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma) indicam que, na última semana de outubro, os kits de exames apresentaram taxas de positividade de 20,75%. O mês terminou com um saldo de 7.986 resultados confirmados — 13,26% do total e 44% a mais do que setembro.

Mortes

O número de óbitos no Brasil ainda não retornou ao patamar verificado antes da pandemia. Segundo dados dos cartórios de registro civil do país, consolidados pela Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil), foram registrados de janeiro a outubro 1.241.779 mortes, quantidade 14% maior que as 1.087.707 ocorridas nos 10 primeiros meses de 2019, antes do surgimento do novo coronavírus.

Na comparação com os números dos anos nos quais a pandemia esteve no auge no país, foi verificada uma redução de 18% em relação a 2021, que totalizou 1.518.361 mortes, e aumento de 0,6% em relação a 2020, que computou um total de 1.233.937 óbitos.